

UMA INSTITUIÇÃO DE ‘PRESTÍGIO’ NO NOROESTE FLUMINENSE: O COLÉGIO RIO BRANCO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA E SUA CULTURA ESCOLAR

A “Prestigious institution in the Northwest Fluminense: the Rio Branco of Bom Jesus of Itabapoana school and its School Culture

Suelen Ribeiro de Souza¹²⁰
Silvia Alicia Martínez¹²¹
Renata Maldonado da Silva¹²²

RESUMO: Este trabalho analisou o percurso do Colégio Rio Branco (1920-2011), os aspectos marcantes da história da instituição e da sua cultura escolar. Instituição privada localizada no município de Bom Jesus do Itabapoana, no Noroeste Fluminense. O colégio foi responsável pela escolarização de grande parcela da população dessa localidade, com especial relevância para a oferta do ensino secundário de primeiro ciclo. O período estudado compreende os anos de 1920 a 1971. Inicialmente, no artigo, discutiram-se os conceitos de instituição escolar, cultura escolar e os temas de pesquisas em história da educação que surgiram no momento de renovação dos paradigmas, a partir da década de 1980. Em seguida, apresenta-se a trajetória da instituição e alguns aspectos da sua cultura escolar.

PALAVRAS CHAVES: Brasil. Colégio Rio Branco. Cultura Escolar. Ensino Secundário.

ABSTRACT: This study analyzed the trajectory of the Rio Branco school (1920-2011), the remarkable aspects of its history and school culture. A private institution, settled in the municipality of Bom Jesus do Itabapoana, in the Northwest Fluminense, the school was responsible for the education of a great portion of the city’s population, especially by offering the first cycle of secondary school. The studied period covers the years 1920 to 1971. Firstly, the concepts of scholar institution, school culture and the research themes in the history of education field, which arose in a moment of paradigms renovation, the 1980’s decade, are discussed. Then, the institution's trajectory is presented, along with some aspects of its school culture.

KEYWORDS: Brazil. Rio Branco School. School Culture. Secondary School.

¹²⁰ Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, bolsista da UENF/FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Contato: e-mail: suelens_16@hotmail.com

¹²¹ Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Atua na linha Educação, Política e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (Mestrado e Doutorado Acadêmico), sendo atualmente sua coordenadora. Contato: e-mail: silvia-martinez@hotmail.com

¹²² Professora associada da área de Política e Gestão Educacional da UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Contato: e-mail: r.maldonado@globo.com

Introdução

Ao se perguntar sobre uma instituição escolar de relevância ao longo de grande parte do século XX em Bom Jesus do Itabapoana, há unanimidade entre os bonjesuenses em indicar o Colégio Rio Branco (CRB). Trata-se de instituição privada, fundada em 1920 pelos professores José Costa Júnior e Mário Bittencourt, localizada à época no 10º Distrito de Itaperuna, atual município de Bom Jesus do Itabapoana, situado na região noroeste do estado do Rio de Janeiro. Com o intuito de conhecer melhor essa instituição educativa, neste trabalho estudou-se sua cultura escolar, com recorte no ensino secundário¹²³.

Extinto em 2011, após uma trajetória de noventa anos, o antigo prédio do CRB abriga, hoje, o Espaço Cultural Luciano Bastos (ECLB), dedicado a preservar a história e a memória do educandário e do próprio município de Bom Jesus do Itabapoana.

A respeito das fontes localizadas para este estudo, é válido destacar que, com o encerramento das atividades escolares da instituição, os documentos oficiais foram recolhidos pela Secretária Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), a qual nunca respondeu à solicitação formal de autorização para pesquisar a respeito da instituição. Alguns documentos que preservavam a memória do cotidiano escolar, porém, tem permanecido no ECLB, os quais tem possibilitado uma leitura desse cotidiano.

Ainda, muitos aspectos da história do CRB estão preservados nas páginas dos periódicos da época e, principalmente, da edição comemorativa dos “60 anos do CRB” no jornal *O Norte Fluminense* (1980). Analisando essas páginas, observa-se que os periódicos tinham uma visão laudatória sobre o educandário mas, apesar disso, eles constituem importante fonte para compreender parte da cultura da instituição, assim como seu campo de atuação.

Complementarmente, foram realizadas entrevistas com ex-alunos, os quais puderam explicitar aspectos importantes da cultura escolar.

Objetos históricos: a história das instituições escolares e a cultura escolar

As pesquisas em história da educação no Brasil, de longa trajetória, ganharam visibilidade a partir dos anos de 1980 quando se inicia um processo de discussão e revisão

¹²³ O CRB recebeu ao longo dos anos duas nomenclaturas: Colégio Rio Branco e Ginásio Rio Branco, no período de 1942-1973.

historiográfica neste campo do conhecimento. A partir de então, surge um movimento de revisão crítica da historiografia, aliado à determinação de alguns pesquisadores e professores universitários de organizar um grupo de trabalho “destinado a promover a aproximação dos historiadores da educação de todo o país, constituindo-se como espécie de fórum permanente de discussão de questões historiográficas” (SAVIANI et al., 2011, p. 16).

Nesse sentido o mesmo grupo de trabalho impulsionou o “movimento de renovação teórica, temática e metodológica” (SAVIANI et al., 2011, p. 17) das pesquisas nesta área, definindo três orientações principais a partir dos anos de 1990. Segundo Saviani et al. (2011), a primeira orientação buscou evidenciar a relação entre o historiador e as fontes, com o intuito de incentivar a localização e catalogação de fontes primárias, assim como de promover discussões para ampliar o conceito então dominante. A segunda orientação se manteve centrada na relação entre gênero e educação, buscando a renovação teórico metodológica. Enfim, a terceira orientação, marcada pela influência da Nova História Cultural, estimulou a incorporação de novos referenciais teóricos que “evidenciavam a historicidade do lugar de produção da prática historiográfica, pondo em cena a necessidade de historicizar a linguagem das fontes e das ferramentas conceituais da pesquisa em História da Educação” (SAVIANI et al., 2011, p. 18). Nesse contexto multiplicaram-se os objetos de análise e os referenciais teóricos, ampliando para estudos do cotidiano escolar e práticas escolares, dos sujeitos da educação e de novas categorias como gênero ou profissão docente, dentre outros.

Segundo Buffa (2002) “pesquisar uma instituição escolar é uma forma de se estudar a filosofia e a história da educação brasileira, pois as instituições estão impregnadas de valores e ideias educacionais” (BUFFA, 2002, p. 25). Pode-se acrescentar que também pode-se compreender as políticas educacionais que se sucedem ao longo das trajetórias particulares. Partindo destes pressupostos, identificamos o papel relevante que essas pesquisas têm para a educação brasileira, já que as mesmas buscam “compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade que se utiliza das instituições escolares, como espaços privilegiados para executá-la” (SANFELICE, 2006, p. 24).

Sobre os arquivos escolares e os procedimentos técnicos de investigação, levantamento e utilização das fontes neles encontrados, diversos autores Buffa (2002); Pessanha et al. (2004); Mogarro (2005); Moraes et al. (2005); Martínez et al. (2006); Martínez (2013) afirmam que documentos como: atas, relatórios, livros de matrícula, livro de ouro, programas das disciplinas,

fotografias e até o edifício retratam os diversos momentos da vida escolar. Todavia, é importante ressaltar que a maioria dos arquivos está em situação precária, existindo documentos importantes ao lado de materiais inutilizados. Segundo Buffa (2002) “essa é mais uma razão para pesquisar a história das instituições escolares e tentar preservar o que ainda resta da nossa memória” (BUFFA, 2002, p. 28). Podem-se utilizar, ainda, como fonte, a legislação, jornais da época, literatura pertinente e entrevistas com atuais ou ex-professores, diretores e alunos.

Para Martínez et. al. (2012) os documentos e objetos da escola são importantes pois representam a “memória institucional e sua cultura específica” (p. 216). Nesse sentido as iniciativas de criação de espaços, públicos e privados, de conservação dos “objetos-documentos-monumentos” (p. 216) da escola são muito importantes e vem crescendo ao longo das últimas décadas.

Por sua parte Buffa (2002) afirma que “se bem realizadas, as investigações sobre as instituições escolares apresentam a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia” (p. 25-26). Assim, pelas ações expressas dos sujeitos e da escola pode-se identificar a singularidade de cada instituição escolar. Nesse sentido, como aponta Nóvoa (1999) “[...] é preciso olhar para a escola como uma topia, isto é, como um tempo e um espaço onde podemos exprimir a nossa natureza pessoal e social” (NÓVOA, 1999, p. 42).

No que tange à cultura escolar, pode-se descrevê-la como um “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10-11).

Vidal (2005) analisa diferentes nuances que o conceito adota para diversos autores. Viñao Frago (2001 apud Vidal, 2005) acredita que as dimensões do universo escolar variam de instituição para instituição, optando assim pelo termo “culturas escolares”. “Enquanto Julia (2001) concebia a existência de duas culturas escolares (primária e secundária), Viñao Frago estendia o conceito a todas e a cada uma das instituições escolares” (VIDAL, 2005, p. 35), concluindo que não existe uma única cultura escolar. Assim, em uma instituição educativa existe a cultura escolar administrativa dos diretores e supervisores do ensino que engloba a proteção e o controle. Tem-se, também, as características específicas da instituição, que tornam possível identificar a qual nível de

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

ensino ela pertence: fundamental, médio e universitário. Nesse sentido, “cada centro, además, tiene su propia cultura específica, unas características peculiares” (VIÑAO FRAGO, 2007, p. 9).

Como dito, as pesquisas sobre cultura escolar buscam compreender as particularidades do cotidiano de uma instituição. Julia (2001) utiliza a metáfora da “*caixa preta* da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p. 13, grifo do autor), pois as práticas cotidianas desta instituição tornam-se acontecimentos silenciosos do seu funcionamento interno. Assim, ao acessar a caixa preta da escola, pode-se descobrir aspectos significativos das práticas, normas e condutas de uma instituição educativa.

Quando se opta por estudar a cultura escolar de uma determinada instituição é necessário entender as práticas definidoras do conhecimento que a sociedade da época desejava que fosse ensinado e os valores e comportamentos a serem inculcados. Para Pessanha et al. (2004) esses valores nem sempre estão explícitos nos documentos oficiais (relatórios, atas, boletins) analisados. Por isso, é indispensável examinar tais registros de forma diferente. Além disso, o pesquisador deve buscar sondar outros documentos menos formais como: cadernos, planos de ensino, livros, provas e material didático em geral.

A pesquisa sobre cultura escolar se vale dessas fontes privilegiadas que não são utilizadas pela historiografia tradicional. Por isso, normalmente não estão presentes nos arquivos públicos. Assim, cabe ao pesquisador a tarefa de utilizar essas fontes esquecidas pela historiografia tradicional buscando “reconstituir práticas sociais não mais presentes ou ressignificadas nos dias atuais” (PESSANHA et al., 2004, p. 63).

A análise histórica da cultura escolar fundamenta-se em três componentes inseparáveis: “os objetos em sua materialidade, as práticas e as configurações dos dispositivos e das suas variações” (PESSANHA, et al., 2004, p. 63), e esses elementos só podem ser resgatados quando o pesquisador se apossa das fontes primárias. A escola como detentora das fontes primárias é um manancial pouco explorado, principalmente nas escolas do interior do estado¹²⁴. Seguindo essa análise, observa-se que a construção da cultura escolar necessita de um “espaço escolar específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional específico” (JULIA, 2001, p. 14-15). Na visão de

¹²⁴ No estado do Rio de Janeiro grande parte das pesquisas em história das instituições escolares focam seu olhar nas práticas das escolas da capital. Cumpre destacar que muitos estudiosos estão empenhados em ampliar essa perspectiva, como o grupo de pesquisa do CNPq “Educação, sociedade e região”, criado em 2002 e coordenado pela professora Silvia Alicia Martínez, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), que se dedica a analisar a história, a memória e as práticas educacionais de instituições do norte fluminense.

Vidal (2009), a escola “tem-se destacado como produtora de cultura específica e como espaço de convivência de culturas” (VIDAL, 2009, p. 26).

Em vista do apresentado, dos variados aspectos a serem estudados para compreender a cultura escolar do Colégio Rio Branco, um dos mais relevantes para a pesquisa que deu sustento a este texto são os sujeitos. Vidal (2009) aponta que o sujeito é analisado “com o objetivo de perceber como traduziram e traduzem as regras legais, as normas pedagógicas e os imperativos políticos em práticas escolares” (VIDAL, 2009, p. 26).

Nesse sentido, busca-se no depoimento dos sujeitos, somados à análise dos documentos e jornais da época, compreender alguns aspectos da cultura escolar do Colégio Rio Branco. Antes, porém, torna-se necessário apresentar algumas considerações acerca da trajetória histórica do CRB.

A história do Colégio Rio Branco nas páginas dos jornais

O Colégio Rio Branco ocupou posição central na formação dos bonjesuenses desde a sua fundação em 1920 até 2011, contribuindo de forma significativa no processo de modernização da cidade de Bom Jesus do Itabapoana. A localidade teve sua história educacional marcada pela presença de inúmeras escolas particulares que, infelizmente, não perduraram. Neste sentido, o CRB se apresentou com uma instituição forte, sobrevivendo ao longo das décadas às mudanças internas e externas. As primeiras referindo-se à história administrativa da própria instituição e as segundas às reformas educacionais empreendidas pelo Estado brasileiro ao longo dos anos.

O mestre José Costa Júnior, fundador do colégio, morava na localidade havia pouco tempo¹²⁵. No entanto, constatou que o distrito era próspero e que necessitava de instituições educacionais para ampliar a escolarização dos seus habitantes. Assim, foi criado em 25 de maio de 1920 o colégio particular Rio Branco, que passou a funcionar na rua Aristides Figueiredo, lugar em que permaneceria por uma década. Nesse espaço de tempo, Mário Bittencourt, cunhado do professor, juntou-se a ele para auxiliar na direção da escola, iniciando a empresa Costa & Bittencourt¹²⁶.

¹²⁵ As informações que temos do professor José Costa Júnior limitam-se ao jornal *O Norte Fluminense*. Infelizmente, a pesquisa não pôde localizar nenhum outro dado seu.

¹²⁶ Mário Bittencourt nasceu em 27 de setembro de 1895 em Macuco/RJ, onde iniciou seus estudos. Em 1916 iniciou o curso de direito, que abandonou para lecionar. Pertencia a uma família de educadores que, ao vir para o interior do estado do Rio de Janeiro, fundou algumas escolas nas cidades de Itaperuna, São Fidélis e Campos dos Goytacazes, denominadas de Colégio Bittencourt. Permaneceu na direção do colégio, assim como José Costa Júnior, até o final da

O Colégio Rio Branco recebeu esse nome em homenagem ao Barão do Rio Branco, que na época era figura de grande prestígio no país¹²⁷. Inicialmente, a instituição dedicou-se ao ensino primário. No entanto, já em 1922, em seu segundo ano de funcionamento, contava, também com os níveis complementar e o secundário (curso de preparatórios)¹²⁸. Cumpre destacar que o colégio não foi o primeiro a ofertar o nível secundário em Bom Jesus, mas se manteve como o mais importante ao longo das décadas.

O ensino secundário ofertado pelo colégio e pelas demais instituições, inclusive o Ginásio Nacional (antigo Colégio de Pedro II), caracterizava-se pelos cursos de preparatórios, com o objetivo de capacitar os alunos para os exames finais realizados no Ginásio Nacional ou nos colégios inspecionados. Vale ressaltar que esse nível de ensino era dirigido a uma parcela ínfima da população, sendo assim bastante elitizado.

Ainda que o secundário se apresentasse como mero cursinho de preparatório e o colégio fosse privado, seu papel tem importante significado para Bom Jesus, pois a instituição secundarista pública mais próxima era o Liceu de Humanidade de Campos, fundado em 1880. Distante cem quilômetros dali, cabia aos alunos, ainda, arcar com as despesas de hospedagem. Diante disso, percebe-se que a presença do CRB em Bom Jesus preenchia uma lacuna deixada pela ausência de escolas públicas que ofertassem o mesmo nível de ensino, ampliando a escolarização de uma parcela dos habitantes da cidade.

Em 1924, foram realizados os primeiros exames de preparatórios pelos alunos rio-branquenses no Ginásio Nacional. O bom rendimento e a aprovação de 23 dos 24 inscritos foi importante para o colégio, que se valeu da conquista para divulgar seu trabalho e ampliar seu prestígio. Destaca-se que as bancas examinadoras eram rigorosas e os exames complexos, levando, muitas vezes, a um grande número de reprovações. Nesse sentido, entende-se a importância, para o colégio, de divulgar a aprovação em massa dos seus alunos, demonstrando assim que estava preparado para cumprir a tarefa de capacitá-los para os exames de preparatórios. Nesse período, as

década de 1930. (Fonte: site do Colégio Bittencourt de Campos. Acesso em novembro de 2015).

¹²⁷ José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como Barão do Rio Branco, viveu de 1845 a 1912. Professor interino no Colégio Pedro II. De 1902 até falecer foi ministro das Relações Exteriores e nesta qualidade dirimiu a intrincada questão do Acre, assegurando este território ao Brasil pelo tratado de Petrópolis. O Barão do Rio Branco foi, ainda, presidente do Instituto Histórico e Geográfico e membro da Academia Brasileira de Letras. (BARRETO & LAET, 2010).

¹²⁸ O decreto n.º 1.200, de 7 de fevereiro de 1911, [...] dividiu a escola primária em elementar e complementar. (RODRIGUES, 2014).

escolas públicas e particulares divulgavam nos jornais locais os resultados finais dos exames de seus alunos, como forma de mostrar sua competência.

Ainda em 1924, os exames do primário e complementar realizaram-se no colégio¹²⁹. Os resultados dos alunos foram significativos, com aprovação unânime, servindo de argumento para se fortalecer o ensino no colégio. No ano seguinte, outros exames parciais das disciplinas primárias também foram realizados, sendo exigidos os seguintes componentes curriculares: caligrafia, ditado, aritmética, leitura e gramática.

Nesse contexto, a escola funcionava nas modalidades de internato, externato e semi-internato. Neste mesmo ano de 1924 foi instituída a Escola de Instrução Militar 211, anexa ao prédio do CRB, com o objetivo de inculcar nos jovens bonjesuenses seus “deveres para com a pátria”, onde os alunos usavam “um uniforme de gala, todo branco, em estilo militar” (O NORTE FLUMINENSE, 11/05/1980, p. 01). Ainda, realizaram-se os exames, que conferiam ao aluno o certificado de reservista do Exército brasileiro, fiscalizado por uma banca que contou com a presença do capitão José Andrade Faria, inspetor regional dos tiros de guerra.

De acordo com a política educacional em vigor na década de 1920, somente os estabelecimentos secundários oficiais (públicos), principalmente o Ginásio Nacional ou as escolas fiscalizadas, poderiam aplicar os exames de preparatórios¹³⁰. Nesse contexto, o CRB empenhou-se em buscar autorização para ter sua própria banca examinadora das provas finais. A oficialização ocorreu em 1928 pelo Departamento Nacional de Ensino. O inspetor enviado para fiscalizar a aplicação das provas, em novembro do mesmo ano, foi o Sr. Alarico Damasio.

No mesmo ano foi anexada ao colégio a Escola Remington de Datilografia, que antes funcionava no prédio do Sr. Antonio Ferreira Conde. O jornal *Nossa Terra* publicou uma pequena nota informando o novo endereço. Em seu primeiro ano de funcionamento no novo prédio foi realizado o concurso de datilografia, com o objetivo de contabilizar o número de palavras datilografadas por minuto pelos candidatos. O primeiro e o segundo colocados receberam medalha de prata e homenagens. Já o terceiro e quarto, apenas as homenagens.

O país passou por grandes transformações no campo político e educacional em decorrência da Revolução de 1930, pondo “fim à hegemonia da burguesia do café, desenlace

¹²⁹ A banca examinadora estava composta pelos professores Mário Bittencourt, Acacio Azevedo, José Vieira Seródio, Nair Oliveira Borges, Amelia Ferolla e Isaura Mendonça.

¹³⁰ Essa situação viria mudar na década de 1930, com a reforma do Ensino Secundário, realizada a cargo de Francisco Campos, então ministro da educação e saúde, a qual será apresentada posteriormente.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

inscrito na própria forma de inserção do Brasil no sistema capitalista internacional” (FAUSTO, 1997, p. 149)¹³¹. Em síntese, pode-se dizer que esse acontecimento histórico imprimiu a urgência em reajustar a estrutura do país, que se mantinha por meio da produção de um único gênero, em declínio iminente, o café.

Fotografia 1: Prédio do CRB em 1935



Fonte: Acervo do ECLB.

Fotografia 2: Prédio do CRB em 2011



Fonte: Acervo do ECLB.

As reformas empreendidas no ensino secundário, iniciadas em 1932, mudariam algumas práticas escolares. Nos primeiros meses de 1930, a sede do CRB foi transferida para o edifício do Largo de Santa Rita, nº 1, hoje Praça Amaral Peixoto, onde permaneceria até o encerramento das suas atividades. O grande número de matrículas levou o diretor José Cortes Coutinho a realizar a mudança, visando oferecer um espaço mais confortável aos alunos.

O prédio onde o colégio se instalou havia sido anteriormente a residência do vigário local, o padre Mello¹³². De acordo com *O Norte Fluminense* (1980), o prédio continha “salas de aula amplamente ventiladas e batidas pelo sol; um espaçoso parque para recreio [situadas] num local muito salubre, [...] ao mesmo tempo mais ao centro da cidade; enfim aparelhado com todos os preceitos higienistas e de acordo com a moderna pedagogia” (O NORTE FLUMINENSE, 01/06/1980, p. 4), como se pode observar na fotografia 1. Na época essas características eram muito importantes para o bom funcionamento dos colégios.

De acordo com as leituras realizadas nos jornais da época, e apesar de não possuir o caráter monumental de outras instituições localizadas principalmente nas capitais do país, percebeu-

¹³¹ Por meio da Revolução de 1930, assume a presidência do Brasil Getúlio Vargas. Seu governo foi dividido em três períodos: Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937-45).

¹³² O prédio foi construído, em meados do século XIX, por José Carlos Campos (fonte: BLOG DO ECLB, 10/08/2014).

se que o colégio buscava se enquadrar nos preceitos higienistas, pois seu novo prédio atendia algumas especificidades do movimento. Destaca-se, também, que o prédio passou ao longo do tempo por sucessivas reformas, principalmente na área externa, como se observa na fotografia 2.

Em 1932, produzia-se no colégio um jornal de circulação interna: *O Rio Branco*. O objetivo desse veículo era preparar e incentivar os alunos para o desenvolvimento de suas atividades futuras como “líderes” locais (O NORTE FLUMINENSE, 18/05/1980, p. 1). Os alunos contribuíam com o periódico preparando crônicas, como: “*A Bandeira*, por Cys de Souza; *Saudade*, por Izaura Vieira de Rezende; e, *O Pequeno Travesso*, por Antonio Miguel” (O NORTE FLUMINENSE, 01/06/1980, p. 4).

Neste mesmo período, foi publicada a primeira reforma do ensino secundário modificando as práticas escolares em sua estrutura e organização. Para Dallabrida (2009), a Reforma Francisco Campos, instituída pelo decreto n.º 21.241 de abril de 1932, estabeleceu de maneira oficial a modernização do ensino secundário por meio de várias medidas. Além disso, instituiu a seriação e a frequência obrigatória, que conseqüentemente eliminou os exames de preparatórios, mas em contrapartida estabeleceu em todo o território nacional o exame de admissão que vai se apresentar como uma barreira de acesso ao ensino secundário. Nota-se que além das mudanças de cunho estrutural a reforma inseriu novos hábitos no cotidiano escolar.

A reforma empreendida por Francisco Campos dividiu o ensino secundário em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, e o complementar, de dois anos, subdividido em faculdades de direito, ciências médicas e engenharia. Estabeleceu, ainda, a equiparação de todos os colégios oficiais ao Colégio Pedro II, por meio da inspeção federal “e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem a mesma inspeção” (ROMANELLI, 2003, p. 135).

A busca pela oficialização do CRB começou uns anos após a publicação da reforma, pois a crise do café que assolou todo o Brasil no início dos anos de 1930, prejudicou especialmente a economia de Bom Jesus de Itabapoana, ainda vinculado ao município de Itaperuna, que tinha no produto sua principal base de sustentação. A partir de 1934, iniciaram-se as obras de reforma e construção de um novo pavilhão nos padrões exigidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) para obter a oficialização.

No jornal *A Voz do Povo* (1934) a matéria sobre a oficialização do colégio aponta como principal responsável o diretor Carlos Marques Brambila, trazendo também informações sobre as obras de reforma e construção, a preparação do espaço para a prática de ginástica e jogos desportivos, concluindo que a pretensão do diretor era “adquirir os gabinetes de physica, chimica e historia natural, assim que estiverem promptas as necessarias instalações” (A VOZ DO POVO, 10/11/1934, p. 1, manteve-se a grafia original). Cumpre destacar que o funcionamento desses gabinetes de ciências eram pré-requisitos legais para a oficialização do colégio, que, neste intervalo, ofereceu o ensino primário, o complementar, o curso preparatório para o exame de admissão e o comercial, além da escola militar e de datilografia (oficializada).

Nesse sentido, a busca pela oficialização do colégio torna-se intensa. Entende-se, então, que se buscava por meio da equiparação o prestígio e a chance de ofertar o ensino inspecionado pelo governo federal¹³³. No início de 1935, o diretor do colégio recebeu o inspetor Sr. Theodomiro Magalhães para realizar a primeira inspeção da Diretoria Nacional da Educação. Para o Sr. Magalhães, as dependências do colégio atendiam às “normas exigidas [concedendo assim] um relatório favorável que foi recebido sob intenso júbilo” (O NORTE FLUMINENSE, 20/07/1980, p.3). Em fevereiro do mesmo ano, o CRB realizou o primeiro exame de admissão para o ensino secundário.

A oficialização foi decretada pela portaria do MES, em 3 de abril de 1936, que tornava oficial o CRB e nomeava inspetor federal o Dr. Lauro Alonso. Desta forma, a escola passou a ser fiscalizada pelo Governo Federal, garantindo aos seus alunos a continuidade dos estudos pós-primários. Assim, passou-se a ofertar, após a 4ª série primária, o exame de admissão ao ensino secundário e o fundamental de cinco anos (1ª a 5ª série).

A oficialização representou uma dupla vitória, pois beneficiou o colégio e estimulou os pensadores bonjesuenses a continuar com os debates emancipacionistas travados na imprensa da cidade, onde se expunham questões relativas à falha do poder público municipal e às ideias para se chegar à emancipação. Para o colégio, a oficialização também representou a confirmação de uma posição de destaque na formação dos jovens na região.

Neste mesmo ano foi inaugurado o Centro Pró Melhoramentos de Bom Jesus, com participação ativa dos membros do colégio. Destacou-se na sua direção o Sr. Olívio Bastos, 2º

¹³³ Somente os colégios equiparados ao Colégio Pedro II podiam ofertar o ensino secundário e emitir diplomas de conclusão do curso.

tesoureiro que viria a se tornar diretor e proprietário do CRB. Bom Jesus esteve ligado à Comarca de Itaperuna/RJ por toda a Primeira República, percorrendo um longo caminho para conseguir sua emancipação. Esta foi finalmente conquistada em 1938 e efetivada em 1943, quando se estabeleceu a Comarca de Bom Jesus do Itabapoana, completando a estruturação do município com a nomeação do primeiro juiz, o Dr. Armando Prestes de Menezes.

Mas no Colégio Rio Branco nem tudo foram glórias. Em janeiro de 1939 sua autorização foi cassada pelo ministro de Educação e Saúde Pública, considerando que o colégio não tinha condições de manter os padrões exigidos. O impacto movimentou a população na tentativa de solucionar o problema. Destacando-se a participação do Sr. José de Oliveira Borges, que assumiu a posição de liderança e conseguiu “graças à sua perseverança e inegável prestígio junto as autoridades” (O NORTE FLUMINENSE, 03/08/1980, p. 1), juntamente com o Sr. Olívio Bastos, José Mansur e Deusdedit Tinoco, reverter a situação com o MES, ainda em 1939, possibilitando, novamente, a oferta do ensino oficial.

Percebeu-se nesse momento o peso político que o colégio e seus dirigentes tinham. Um fator que possivelmente contribui para a permanência da instituição ao longo de muitas décadas, sobrevivendo a muitas reformas educacionais. Logo em seguida, esse grupo organizou uma junta governativa para dirigir o CRB, formada por Olívio Bastos, José de Oliveira Borges e José Mansur. A diretoria de administração geral e comercial do Rio Branco ficou ao cargo do Sr. Olívio Bastos¹³⁴.

A chegada de Olívio Bastos à direção administrativa do CRB marca um momento importante na história da instituição, pois desse período em diante a direção e administração da escola permaneceria nas mãos de sua família. Alguns anos depois, em 1958, seu filho, Sr. Luciano Augusto Bastos, assumiria a direção do colégio e permaneceria por mais de 50 anos.

A primeira medida da junta governativa foi nomear a professora Maria do Carmo Baptista de Oliveira, conhecida como D. Carmita, como diretora técnica do colégio, que permaneceu na função por mais de vinte anos. Nesse período, o Colégio Rio Branco viveu os seus “anos de ouro” (O NORTE FLUMINENSE, 31/08/1980, p. 2). Pela primeira vez na sua história, a instituição inaugurou um Grêmio Líteo Esportivo, batizado “Humberto de Campos”.

¹³⁴ Funcionário graduado da Leopoldina Railway Cia. Ltda. - pertencente aos ingleses - veio para Bom Jesus com a missão de administrar a Cia. Ferroviária Itabapoana em Bom Jesus do Norte- ES, em 1933, trazendo a família, da qual Luciano A. Bastos era o caçula. (Fonte: BLOG DO ECLB, 24/06/2013).

Em 1940 aconteceu a primeira formatura do curso ginásial, nos salões do CRB, comemorada ao som da orquestra “Os Tangarás” da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Já os formandos de 1941 tiveram um baile animado pelo “Jazz Natal” de Itaperuna/RJ. As festas solenes contaram com mesa de dirigentes e pessoas ilustres para proferir discursos, destacando-se a presença do Padre Melo, e prestigiar os formandos.

O ano de 1942 trouxe algumas mudanças para a estrutura do ensino secundário no Brasil, por meio da publicação da Lei Orgânica, elaborada por Gustavo Capanema. As instituições de ensino secundário tiveram de reorganizar novamente seu cotidiano, pois o ensino ganhava nova estrutura, com o primeiro ciclo, chamado de ginásial, de quatro anos, e o segundo ciclo, de três anos, subdividido em clássico e científico.

Assim, segundo Dallabrida (2011) as instituições de ensino secundário que ofereciam o primeiro ciclo eram chamadas de ginásios e as que apresentassem o ensino secundário completo eram conhecidas, distintamente, como colégios. Diante disso, entre os anos de 1942 e 1973 o CRB passou a ser chamado de Ginásio Rio Branco (GRB), por ofertar apenas o primeiro ciclo do ensino secundário.

A nova estrutura do ensino secundário, especificamente o ginásial, que passou de cinco para quatro anos, permitiu que duas turmas ginásiais se formassem no GRB em 1942, os alunos do quarto e quinto ano do secundário. A festa de encerramento das turmas ocorreu em períodos diferentes, em dezembro os “quintanistas” e em fevereiro de 1943 os “quartanistas”, que tiveram uma cerimônia bem preparada, com missa, solenidade de entrega dos diplomas e um baile de despedida.

Nesse período, também passou a ser produzido no GRB outro jornal interno: *A Voz do Estudante* (1943). Dirigido por Gefferson Lima de Jorge e gerenciado pelo aluno Julio Luiz Maia da Costa, teve como secretária Maria da Conceição Muylaert, tesoureira Saly Poubel Batista e como redator Aroldo Pani. Segundo a edição comemorativa de *O Norte Fluminense* (1980) o folheto escolar contava, ainda, com a participação dos alunos na elaboração de algumas matérias.

O esforço dos responsáveis do ginásio pela manutenção dos padrões demandados pela reforma de ensino era notório pois, nesse momento, representava a garantia de permanência da oferta desse nível de ensino na instituição; qualquer desatenção poderia lhe custar a oficialização e conseqüentemente o seu prestígio.

Alguns anos depois da implementação da reforma Capanema, a escola normal foi anexada ao GRB, por meio do decreto n.º 3.176 de 13 de julho de 1947, com o intuito de formar professores para atender a demanda da localidade, ali permanecendo até o fechamento da instituição. Além do curso normal, na época, a instituição ofertava o ensino primário, o exame de admissão, o secundário e o técnico em comércio.

Sobre a escolha dos alunos e suas famílias por uma ou outra modalidade de ensino, não podem deixar de se observar as preferências por gênero, muito bem demarcadas à época. Ao analisar a documentação restante do GRB no arquivo do Espaço Cultural Luciano Bastos pode-se perceber que havia uma polarização: no curso de formação de professores, as meninas predominavam. Já no técnico em comércio, a frequência maior era de meninos.

Em 1958, o Sr. Luciano Augusto Bastos assume a direção administrativa do colégio¹³⁵. Após o afastamento da D. Carmita, em 1967, Luciano Bastos vai para a direção geral do colégio permanecendo até 2011. Neste mesmo ano foi criada a “Sociedade Educadora Limitada”, razão social do estabelecimento.

Os anos de 1960 trouxeram mudanças significativas para o Brasil no campo político e educacional. No plano educacional, destaca-se a publicação da lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual instituiu a equivalência entre os cursos secundário de segundo ciclo (clássico e científico), formação de professores (normal) e os técnicos. E lei permitia, assim, que os alunos egressos dos cursos técnicos e normal, além dos egressos do clássico e científico, pudessem ingressar no ensino superior. Pode-se dizer que essa equivalência foi positiva para o GRB que só ofertava o ensino secundário de primeiro ciclo. No entanto, a lei não alterou a estrutura do ensino secundário que permaneceria a mesma desde a Reforma Capanema até a publicação da reforma de primeiro e segundo graus em 1971.

¹³⁵ Luciano Augusto Bastos nasceu em 21 de janeiro de 1928, em Carangola - MG, filho de Olívio Alves Bastos e Vivaldina Martins Bastos. Ingressou na Faculdade de Direito de Campos, formando-se em dezembro de 1964. Luciano atuou como advogado por mais de 40 anos. Em 1989, no governo Carlos Garcia, e em 2001, no governo Miguel Motta, foi secretário municipal de educação. Colaborador ativo do jornal *O Norte Fluminense* desde sua fundação, passando a diretor do periódico após o falecimento de seu irmão, Ézio Bastos. Luciano Bastos foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição moderada ao governo, em 1966, no período da ditadura militar. Nos anos ulteriores manteve-se alinhado com a ideologia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Faleceu em 08 de fevereiro de 2011, em Bom Jesus do Itabapoana. (BASTOS, 2008).

No campo político, o golpe civil-militar de 1964 inaugurou no Brasil um regime ditatorial que iria suprimir as liberdades individuais e políticas, além de defender uma concepção de educação fortemente tecnicista, voltada para atender aos interesses do mercado de trabalho.

Enfim, a entrada da década de 1970 trouxe a publicação da lei nº 5.692/71, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau, introduzindo mudanças na estrutura do ensino. “O primeiro ciclo do ensino secundário seria definitivamente incorporado ao primeiro grau, ampliando a obrigatoriedade para oito anos” (NUNES, 2000, p. 58) e o segundo ciclo do secundário se tornaria o ensino médio. Alves (2012) aponta que a lei eliminou os exames de admissão ao curso ginásial, um dos instrumentos mais eficazes na restrição do ingresso ao ensino secundário, ampliando o acesso à escolarização. Entretanto, esse maior acesso veio acompanhado de um empobrecimento da qualidade do ensino, representando uma perda para a educação nacional. Ainda, o 2º grau teve caráter profissionalizante.

As determinações impostas pela reforma do 1º e 2º grau levaram algum tempo para ser implementadas no GRB, efetivando-se apenas em 1973. Neste período, a instituição retornou à denominação anterior de Colégio Rio Branco e reorganizou a estrutura do ensino de primeiro grau começando a ofertar o ensino de 2º grau regular nas modalidades profissionalizantes formação de professores e técnico em comércio.

Nesse sentido, pôde-se perceber que a história do CRB foi marcada por muitas transformações internas de cunho administrativo e que, até a década de 1940, os dirigentes permaneciam pouco tempo no cargo, situação que mudou com a chegada da família Bastos na direção, marcando o início da estabilidade administrativa do colégio. Notou-se, ainda, que os dirigentes do colégio tentaram ao longo do tempo adequar suas atividades cotidianas às políticas educacionais impostas na época, contribuindo para a formação de uma cultura escolar específica. Diante disso, na próxima seção se apresentam os aspectos mais relevantes da cultura escolar do CRB.

Aspectos relevantes da cultura escolar do Colégio Rio Branco

Diante de tudo que foi apresentado, destaca-se como ponto marcante da cultura escolar do Colégio Rio Branco a disciplina, o nacionalismo - representado pela participação nos desfiles cívicos - e a religiosidade, presente nas aulas e no ambiente escolar.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

O incentivo ao nacionalismo, intensificado nas escolas a partir de 1930, incorporou novas condutas cívicas às práticas comuns dos anos de 1920 no CRB, como a homenagem à bandeira, feita pelos alunos da escola militar, os jogos estudantis e as comemorações de encerramento dos exames finais. Nesse sentido, os desfiles cívicos e a admiração ao chefe de Estado, introduzidos no cotidiano escolar, visavam incutir nos jovens estudantes o sentimento de pertencimento à nação, ausente nos primeiros anos da República, pois “os vários governos que assumiram o poder teriam falhado na tarefa de construir a noção de nacionalidade” (FAGUNDES, 2004, p. 67).

Assim, a participação dos alunos nas festas cívicas tornou-se um marco. Segundo Fagundes (2004), essa naturalização da civilidade remete-se aos regimes autoritários, os quais buscavam por meio desses eventos enaltecer a figura do líder supremo. Com esse objetivo, o governo de Getúlio Vargas cria ou recria “uma série de manifestações e cerimônias cívicas como: o Dia da Raça; o Dia da Pátria; o Dia da Juventude; a Semana da Pátria; o Dia do Soldado; o Dia do Trabalhador” (FAGUNDES, 2004, p. 70).

O jornal *A Voz do Povo* (1934) dedicava uma cobertura de primeira página às comemorações patrióticas. Segundo Fagundes (2004) a administração de Vargas incorporou o discurso nacionalista, assim como implementou “projetos no interior da escola no sentido de moldar essa noção, principalmente, entre o conjunto dos estudantes [...], essas ações afetaram o cotidiano escolar, sobretudo com a criação e a reconstrução de cerimônias cívicas e comemorações de caráter patriótico” (FAGUNDES, 2004, p. 68), intensificadas no período do Estado Novo.

Os alunos sempre representavam o CRB nas solenidades e nas comemorações patrióticas, como descrito acima. O colégio teve participação ativa nas festividades do município no pós-1930. Em meio aos documentos restantes do CRB, foi possível identificar alguns ofícios da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana e da Câmara Municipal convidando o colégio para as comemorações¹³⁶. Dessa forma, o CRB marcava presença nos desfiles de sete de setembro e quinze de novembro, como pode-se observar na fotografia 3.

¹³⁶ Como dito na introdução deste artigo, após o encerramento das atividades escolares do colégio os documentos oficiais foram recolhidos pela Secretária Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), mas em meio a outros papéis foi possível encontrar alguns documentos que preservavam a memória do cotidiano escolar.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &

Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Fotografia 3: Comemorações cívicas, da Escola Militar 187 do CRB no ano de 1933



Fonte: Jornal A Voz do Povo (09/09/1933 e 18/11/1933), acervo do Espaço Cultural Luciano Bastos.

O nacionalismo não estava presente apenas nas práticas dos alunos, mas também em todo o ambiente escolar. A análise da cultura material escolar permite compreender as estratégias de “conformação da corporeidade dos sujeitos” (VIDAL, 2009, p. 32) determinadas pelas relações de poder¹³⁷. Assim, Vidal (2009) aponta que:

É a percepção de que a cultura escolar se efetiva das práticas escriturais e não escriturais (oral ou corpórea), em que se acionam os vários dispositivos constituintes dos fazeres da escola, no que concerne às lições e aos usos da materialidade posta em circulação no espaço e no tempo escolares, que permite tomar a cultura material escolar como importante indício das práticas escolares. (VIDAL, 2009, p. 32).

Segundo Vidal (2009), está representação, como se observa na fotografia 4, serve para abordar a materialidade da escola, podendo informar os diferentes aspectos que nela estão representados. O conjunto de carteiras; o quadro negro; a mesa do mestre em posição centralizada e elevada; os instrumentos pátrios (bandeiras); o crucifixo; as figuras geométricas, o globo e outros

¹³⁷ Pode-se dizer que as estratégias de “conformação e da corporeidade dos sujeitos” estão expressas na aceitação das imposições culturais da época, como a questão de gênero e a disciplinar, defendidas pela escola. No entanto, Vidal (2009) afirma que essas estratégias podem conter, em alguns casos, “táticas de subversão, como diria Michel de Certeau (1994 apud Vidal, 2009), inventadas pelos alunos e professores” (VIDAL, 2009, p. 32).

materiais pedagógicos que auxiliam na aprendizagem das disciplinas, mostrando claramente a presença do nacionalismo no ambiente escolar.

Fotografia 4: Reprodução de uma sala típica dos anos de 1940 no ECLB.



Fonte: Acervo particular da autora. Foto tirada no ECLB em 2015.

Pode-se observar que os objetos escolares presentes no CRB demonstram os valores da instituição. Em primeiro lugar, identifica-se a religiosidade, representada pelo crucifixo e, também, pelas aulas de religião ministradas por padres, evidenciando a proximidade da escola não confessional com a Igreja Católica, muito presente na região. Segundo Amanda (2015) aulas de religião eram ministradas pelo “monsenhor Francisco” (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 23 de outubro de 2015). Em segundo lugar destacam-se os valores nacionalistas, expressos nos objetos pátrios e também nas festas cívicas.

Nota-se, então, que o CRB buscou manter-se alinhado com as diretrizes impostas pelo Estado Nacional. Nesse sentido o ambiente escolar traduzia essa ideia de nacionalidade nos símbolos e práticas cotidianas. Pôde-se observar outro aspecto do nacionalismo do colégio nos quadros de formatura dos alunos da década de 1940. Toda escola que desejasse mostrar seus ideais tradicionais tinha os quadros de formandos em suas paredes, que eram solenes. Os quadros de formandos do CRB além de expressar seu tradicionalismo, ainda apresentavam os símbolos nacionalistas em suas molduras, como exposto na fotografia 5.

Fotografia 5: Quadro de Formandos de 1941 e 1942



Fonte: Acervo particular da autora. Foto tirada no ECLB em 2015.

A expressão do nacionalismo nos quadros de formandos está caracterizada pelo brasão da República, pelo mapa do Brasil e pelas disposições hierárquicas da representação dos diretores, inspetor, professores e alunos. Nas paredes do ECLB estão expostos três quadros de formandos da década de 1940, que permaneceram expostos por mais de 60 anos no colégio. Segundo Martínez (2012), os quadros de formandos constituíam parte importante e representativa na preservação da memória escolar, prática muito utilizada no Brasil.

O ano de 1942 trouxe algumas mudanças para a estrutura do ensino, por meio da publicação da já mencionada Lei Orgânica do Ensino Secundário, elaborada por Gustavo Capanema. As instituições de ensino secundário tiveram de reorganizar seu cotidiano.

As medidas impostas pela reforma mostram uma aproximação entre a ditadura do Estado Novo e a Igreja Católica, representada pela adoção do ensino religioso e a segregação de gênero. O Colégio Rio Branco não chegava a separar os alunos em salas por gêneros, mas a sua disposição na sala era pensada para que eles mantivessem certo distanciamento, zelando assim pela “moral e os bons costumes” da época, como se pode observar na fotografia 6.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &

Historiografia

Vol. 7, Nº 2, AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

Fotografia 6: Alunos do CRB divididos entre meninas à direita e meninos à esquerda.



Fonte: Foto reproduzida pela autora a partir de uma fotografia pendurada na parede do museu, em 2015. Arquivo do ECLB.

Nota-se também que, mesmo o colégio sendo misto, buscava manter os meninos e as meninas a certa distância. Para Laís (2015), ex-aluna da instituição, a responsável por manter o distanciamento entre meninos e meninas era D. Carmita, pois era “muito beata e rigorosa, então ela não gostava de ver muito menina e menino conversando, então [ela colocava] as meninas pra lá e os meninos pra cá” (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 05 de setembro de 2015). Além disso, o ensino no CRB era muito rígido, como se comprovará mais adiante por meio dos depoimentos, sendo a disciplina a marca da escola.

No que tange à disciplina, pode-se dizer que o CRB tinha uma equipe dedicada a inculcar nos alunos os padrões do colégio de bom comportamento e civilidade. Para Lis (2015) a “[...] disciplina era 100%. Ninguém respondia professor, ninguém. Mal fazia uma pergunta se não entendia o que ele explicava. Era assim [...] muito rígida”. (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 23 de outubro de 2015).

Na visão de José, era a

[...] disciplina muito boa com a D. Carmita. [...] tenho gratas recordações [...] aquela disciplina do chefe de disciplina. O aluno era obrigado a prestar atenção na aula, justificar pra ir no banheiro. Então eu acho que pra mim foi muito bom, contribui muito. [...] A disciplina do colégio também ajudava muito. Se sabia que na sala de aula quem mandava era o professor e o aluno teria que obedecer. Não tinha muito esse questionamento de hoje. Então era prestar atenção na aula e tirar nota boa. (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 30 de agosto de 2015).

Segundo Lara (2015), antigamente a disciplina era diferente, tudo envolvia comportamento, “[...] tinha até chefe de disciplina [que] ficava sentado lá na sala vendo o professor dar aula” (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 12 de outubro de 2015).

Apesar das exigências impostas pela D. Carmita, os egressos do CRB entrevistados demonstraram muita gratidão e carinho por ela e pelos excelentes professores que tiveram. Os alunos, ainda, lembraram os famosos “estudos da D. Carmita”, que não eram nada fáceis:

[...] a gente tinha muito medo do estudo, que quando você não ia bem durante as aulas a D. Carmita arrumava um estudo pra você. Então, aquele estudo era cruel e todo mundo queria sair dele. E tinha alguns que [tinham] que ir. Eu entrei nessa fila de ter que ficar no estudo. Eu lembro bem, a gente naquele silêncio estudando, porque não podia fazer barulho nenhum. De repente a gente ouvia aquele passo da D. Carmita, aquele passo pesado que ela tinha naquele assoalho. Olha, era complicado, chegava a doer por dentro. A gente ficava com medo daquela situação, mas acabando que no final [...] ela só chegava e perguntava: alguma dificuldade? A dificuldade que tiver vocês interrogam/ perguntam, tem professor do que vocês quiserem na sala. Por que não era uma sala, era um corredor largo, que era a sala dos professores, então ali ficavam alunos estudando, fazendo um reforço e os professores que entravam em uma sala e outra. Tinha essa parte que eu achava muito válido, [...] na hora a gente tinha um certo tabu por aquilo. Mas depois eu vi que valeu a pena. [...] Esse famoso estudo da dona Carmita é que resolvia todos os meus problemas, apesar de eu não gostar. (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 05 de setembro de 2015).

Os estudos extraclasse eram para alunos com baixo rendimento nas aulas. O intuito era evitar problemas maiores no final do ano. Por exemplo, nas aulas de história da D. Carmita, quando os alunos erravam ou esqueciam as respostas do questionário aplicado em aula, ela logo mandava eles voltarem à tarde para praticar mais. Assim aconteceu com Amanda (2015) que esqueceu o nome do capitão donatário, e a D. Carmita mandou ela “voltar [depois]. A gente sai meio dia [...], ia em casa, almoçava e voltava pra estudar. E lá onde a gente [estudava], [ela] botava cada aluno num lugar, numa mesinha e tal. [...] Nossa, [ela era] carrasca, todo mundo morria de medo” (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 23 de outubro de 2015).

Sem contar alguns professores, como a D. Vera de português, que possuía sua própria estratégia de revisão dos conteúdos aplicados em sala, exigindo dos alunos que passassem o caderno de aula a limpo. Era uma prática comum na época os alunos manterem um caderno de aula e um de casa, no entanto, dos depoimentos dos egressos do CRB, somente Carla (2015) lembrou desse detalhe, contando que a

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

[...] professora de português [...] gostava muito de caderno, caderno preparado. Aí eu tinha um caderno [...] de português separado, tudo que fazia lá no colégio, chegava em casa eu passava a limpo [...]. Quer dizer, então você via no colégio, chegava em casa, quando você ia passar a limpo [...] via novamente aquilo [...]. Acho que ela já fazia isso mesmo pra poder [...] a pessoa, né, ler o que estava escrevendo de novo [...]. É, ela era muito boa [...]. [E] hoje é tudo no computador mesmo e acabou, né, e a gente escrevia mesmo. [...] você tinha que copiar [...] tudo do quadro no caderno. Se você não tivesse letra boa [...] passava apertada, por que se tinha que copiar pra poder estudar aquilo depois. Se você não soubesse o que você escreveu como você ia fazer pra estudar? E tinha que ser ligeiro, porque passava e já vinha logo apagando. (Entrevista concedida a Suelen Ribeiro de Souza, 12 de outubro de 2015).

Diante disso, percebeu-se que os estudantes se dedicavam para se manter no nível secundário, podendo, futuramente, ingressar em um curso superior¹³⁸. Esses aspectos da cultura escolar ficaram marcados na trajetória histórica do CRB. Outro dado interessante é a visibilidade que os jornais da época, principalmente *O Norte Fluminense* (1980), davam à instituição com matérias de destaque buscando conferir prestígio e renome ao colégio¹³⁹. Em algumas publicações da edição comemorativa de *O Norte Fluminense* (1980), por exemplo, encontram-se nomes de alunos que estudaram na escola, ações do colégio junto ao município, agradecimentos às pessoas que contribuíram para que o educandário conquistasse seu espaço e homenagens a ex-alunos que se formaram, ao longo das décadas, em diversos cursos superiores (na capital ou em outro estado), com o intuito de compartilhar sua conquista.

Portanto, constatou-se que a história do Colégio Rio Branco esteve pautada, também, por um tipo de intercâmbio: o colégio contribuía nas ações do município com o intuito de torná-lo moderno e os munícipes, em contrapartida, defendiam a bandeira da escolarização e do lugar privilegiado que o colégio nela ocupou por muitas décadas. O papel relevante do CRB na formação dos jovens é vívido na memória local.

Considerações finais

Ao optar por escrever a trajetória histórica do CRB por meio da análise dos jornais, foi necessário realizar um grande esforço para manter a visão crítica e o afastamento do discurso

¹³⁸ Como já dito, o CRB ofertava o ensino secundário de primeiro ciclo, o técnico em contabilidade e o normal. Então, na maioria das vezes os alunos faziam o ginásio e depois iam para o curso técnico ou o normal. A Lei 4.024/1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabeleceu a equivalência entre os cursos secundário, técnico e normal, transformando-os em ensino médio. Assim, os alunos do CRB podiam ingressar nos cursos superiores após terminar o curso técnico e normal.

¹³⁹ Jornal da família do Sr. Luciano A. Bastos.

saudosista produzido na época pelos periódicos, principalmente *O Norte Fluminense*, que pertencia à família do proprietário do colégio. No início foi muito difícil conceber esse afastamento e não reproduzir o discurso laudatório por eles utilizado. No entanto, ao longo da pesquisa foram surgindo questionamentos e a necessidade de contextualizar, mostrando que os acontecimentos da época no colégio não eram fatos isolados, mas sim estavam inseridos nas políticas educacionais impostas no período.

Nessa perspectiva, foi necessário esboçar a trajetória do CRB articuladamente à do ensino secundário no Brasil, o qual passou por várias transformações ao longo de tempo. Foi preciso ponderar, também, as influências que as políticas educacionais tiveram no cotidiano do colégio, principalmente após a década de 1930 quando se iniciam as reformas nacionais de ensino, pois essa relação não estava explícita nos jornais consultados.

O Colégio Rio Branco, assim como outras instituições, precisou se adaptar às normas impostas pelas políticas educacionais ao longo dos anos. Buffa (2002, p. 25) aponta que as “políticas educacionais deixam marcas nas escolas”. E a apropriação dessas diretrizes é díspar de escola pra escola, pois podemos encontrar casos de submissão, resistência e subversões. No entanto, verificou-se que a instituição fez um grande esforço de ajuste às diretrizes educacionais impostas pelo Estado brasileiro.

A análise da cultura escolar nos leva a desvendar aspectos significativos da instituição que estão guardados na “caixa preta” (JULIA, 2001) da escola. Diante disso, observamos que a cultura escolar é fruto do entrecruzamento das políticas educacionais, da finalidade da educação da época e da ação dos sujeitos escolares. Segundo Julia (2001), estudar uma instituição educativa por meio da cultura escolar nos permite compreender e reinventar os caminhos que levaram à apropriação de certas práticas, normas e condutas pela instituição. É importante salientar que a cultura escolar não está restrita ao universo da escola, ela é fruto da sua relação com a sociedade da época. A cultura escolar impressa pelo nacionalismo, religiosidade e disciplina deixou marcas profundas na vida dos sujeitos que passaram pelos bancos escolares do colégio.

Referências bibliográficas

a) Fontes citadas Jornais dos jornais fluminenses e de bonjesuense

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

15 DE NOVEMBRO: como foi comemorado em Bom Jesus essa magna data – a parada pelo E.I.M. 187 – as festas esportivas – outras notas. A Voz do Povo. Bom Jesus do Itabapoana, 18 de novembro de 1933, nº 16, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

A PRÓXIMA oficialização do - Collegio Rio Branco. A Voz do Povo. Bom Jesus do Itabapoana, 10 de novembro de 1934, nº 64, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

COLÉGIO RIO Branco – Espaço Cultural Luciano Bastos. Blog do Espaço Cultural Luciano Bastos. Bom Jesus do Itabapoana, 10 de agosto de 2014. Disponível em: <http://espacoculturallucianobastos.blogspot.com.br/2014/08/colégio-rio-branco-espaco-cultural.html>. Acesso em: janeiro de 2016.

COLÉGIO Rio Branco: Festeja sessenta anos de fundação o tradicional educandário de bonjesuense – idealismo e grandeza – programações durante o ano. O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 11 de maio de 1980, nº 1446, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de glórias (II). O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 18 de maio de 1980, nº 1447, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de tradição (IV). O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 01 de junho de 1980, nº 1449, p. 4. Disponível no acervo do ECLB.

COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de tradição (VII). O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 20 de julho de 1980, nº 1455, p. 3. Disponível no acervo do ECLB.

COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de tradição (VIII). O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 03 de agosto de 1980, nº 1457, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

COLÉGIO Rio Branco: 60 anos de tradição (IX). O Norte Fluminense. Bom Jesus do Itabapoana, 31 de agosto de 1980. Nº 1460, p. 2. Disponível no acervo do ECLB.

NO ALTAR da pátria. A Voz do Povo. Bom Jesus do Itabapoana, 09 de setembro de 1933, nº 6, p. 1. Disponível no acervo do ECLB.

NOS TRILHOS do trem viajou a família Bastos para o Vale do Itabapoana em dia de São João. Blog do Espaço Cultural Luciano Bastos. Bom Jesus do Itabapoana, 24 de junho de 2013. Disponível em: <http://espacoculturallucianobastos.blogspot.com.br/2013/06/nos-trilhos-do-trem-viajou-familia.html>. Acesso em: janeiro de 2016.

O PROFESSOR Mário Bittencourt. Nossa história: há quase um século formando jovens. Site do Colégio Bittencourt. Disponível em: <http://espacoculturallucianobastos.blogspot.com.br/search?q=pr%C3%A9dio>. Acesso em novembro de 2015.

b) Bibliografia

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

ALVES, Claudia. *Estudos secundários no Brasil nos séculos XIX e XX*. In: PESSANHA, E. C.; JÚNIOR, D. G. (organizadores.). *Tempo de cidade, lugar de escola: História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”*. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 87-116.

BARRETO, Fausto; LAET, Carlos de. *Barão do Rio Branco – Resumo da biografia e obra. Consciência: Filosofia e Ciências humanas*. Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.consciencia.org/barao-do-rio-branco-resumo-da-biografia-e-obra>. Acesso em janeiro de 2015.

BASTOS, Luciano Augusto. *De Município a Distrito: Primeira Emancipação de Bom Jesus do Itabapoana (1890-1892)*. Bom Jesus do Itabapoana: volume 1. Ed. O Norte Fluminense, 2008.

BUFFA, Ester. *História e filosofia das instituições escolares*. In: ARAUJO, J.C.S.; GATTI JR, D. (organizadores). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação).

DALLABRIDA, Norberto. *A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário*. Revista Educação. Porto Alegre, volume 32, n.2, p. 185-191, 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>.

_____. *O Público e o Privado no Ensino Secundário em Santa Catarina (1945-1961)*. Revista Educação Pública. Cuiabá, volume 20, n. 42, p. 145-159, 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org/organizadoresbr/pdf/repub/v20n42/v20n42a09.pdf>. Acesso em junho de 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A Reconstrução da nacionalidade: uma análise do Liceu De Humanidades De Campos – RJ (1931-1942)*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2004. 120 páginas. (Dissertação, Mestrado em Políticas Sociais).

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como objeto histórico. Tradução do artigo: “La culture scolaire comme objet historique”*. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da educação. Campinas/SP. Volume 1, n.1, jan/jun. 2001. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia. *A Escola Normal de Campos na gênese do processo de formação e profissionalização do magistério no Norte Fluminense*. In: LOPES, Sonia de Castro; CHAVES, Miriam Waidenfeld (organizadoras). *A história da Educação em Debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. Cap. 6, p. 121-137.

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

MARTÍNEZ, Silvia Alicia. *Nível Secundario y fotografías*. CABÁS- revista digital sobre el Patrimonio Histórico Educativo, v. 9, p. 23-38, 2013.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; GANTOS, Marcelo Carlos; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. *Arquitetura, escola e memória: o edifício do Liceu de Humanidades de Campos*. Cadernos de História da Educação (UFU), v. 5, p. 161-174, 2006.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; VIANA, Jussara Scafira Mesquita; PINHO, Leandro Garcia; GAMA, Michele dos Santos da Silva; BALDES, Marcio Andrade Lyrio; MACHADO, Rafaela. *Preservação, pesquisa e difusão do patrimônio educacional: o caso do Liceu de Humanidades de Campos (RJ)*. Vértices. Campos dos Goytacazes/RJ, v. 14, n. Especial 2, p. 215-227, 2012.

MOGARRO, Maria João. *Os arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira*. Pro-Posições. v. 16, n. I (46) - jan./abr. 2005, p. 103-116.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal, ZAIA, Iomar Barbosa, VENDRAMENTO Maria Cristina. *Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira* Pro-Posições, v. 16, n. I (46) - jan./abr. 2005, p. 117-133.

NÓVOA, António. *Para uma análise das Instituições Escolares*. In: NÓVOA, A. (coordenação). *As organizações escolares em análise*. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1999, 3 edição.

NUNES, Clarice. *O “Velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos*. Revista brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782000000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. *Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: Uma trajetória de pesquisa*. Revista brasileira de Educação. Mato Grosso do Sul, n. 27, Set /Out /Nov /Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a04>. Acesso em: 01 de agosto de 2015.

RODRIGUES, Rodrigo Rosselini Julio. *Formando cidadãos fluminenses: república e escola primária no município de Campos – RJ (1893-1931)*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2014. 330p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SANFELICE, José Luís. *História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais*. Revista HISTEDBR online. Campinas, n. especial, p. 20-27, agosto 2006.

SAVIANI, Dermeval; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana; ALVES, Claudia; NETO, Wenceslau Gonçalves. *Sociedade Brasileira de História da Educação: constituição, organização e realizações*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 11, n. 3 (27), p. 13-45,

EXPEDIÇÕES

Teoria da História &
Historiografia

Ano 7 – N. 2 – AGOSTO-DEZEMBRO de 2016

set./dez. 2011. Disponível em: <http://sbhe.org.br/modules/publisher/item.php?itemid=95>. Acesso em março de 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Cultura escolares: Estudo sobre prática de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Coleção memória da educação.

_____. *No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares*. Currículo sem fronteiras, São Paulo, v.9, n.1, p. 25-41, jan/jun 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Culturas Escolares Y Reformas (Sobre La Naturaleza Histórica De Los Sistemas E Instituciones Educativas)*. Revista Teias, vol. 1, n. 2, página 1-25, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/40/42>. Acesso em: janeiro de 2016.